

EXAME TEORIA GERAL DO DIREITO PRIVADO

Julhoo. 12

I

Resolva o seguinte caso prático:

Gaspar vendeu a Helena uma fracção autónoma de um prédio urbano.

Ilda é arrendatária desse andar e, por isso, preferente na compra, nada lhe tendo sido comunicado por Gaspar.

a) Suponha que Ilda soube da venda quase um ano depois de ela se ter verificado, tendo obtido certidão da escritura em que se diz que o preço era € 150 000. Ilda ouviu dizer, porém, que o preço fora de € 250 000 e que ficara declarado um valor inferior para fugir ao imposto.

Ilda pretende saber se pode preferir pelo preço que consta da escritura ou se há risco de só vir a poder fazê-lo pelo preço verdadeiro.

b) Admita agora que o preço constante do contrato de compra e venda é de € 300 000, o que, segundo Ilda sabe, ficou assim para a afastar da ideia de preferir. Constatou-lhe que o preço real foi de € 200 000 e é por esse que quer preferir.

Como deve agir?

Cotação: 9 valores

II

Resolva o seguinte caso prático:

Júlio, único administrador de uma sociedade produtora de peças de automóveis, decidiu doar a Laura, sua afilhada, um prédio urbano pertencente à sociedade. Para intervir na escritura, outorgou procuração da sociedade a Marcos, a quem explicou que o negócio tinha em vista obter a colaboração de Laura junto de uma empresa francesa fabricante de automóveis — da qual Laura era um quadro superior —, no sentido de aquela passar a comprar à sua sociedade todos os componentes por esta fabricados. Isto é falso.

Aprecie os factos descritos do ponto de vista jurídico e a validade dos negócios realizados.

a) Suponha, entretanto, que os factos relatados por Júlio são verdadeiros, mas que Marcos, desconfiado das motivações de Júlio, acabou por decidir não intervir na doação, que, por isso, não teve lugar, o que deixou Laura irada e a

levou, com êxito, a mover influências no sentido de a empresa em que trabalha não comprar mais nada à sociedade portuguesa. Reavalie a situação agora descrita.

b) Admita finalmente que a situação é a que foi descrita inicialmente, tendo, porém, Laura convencido a sociedade em que trabalha de que as peças fabricadas pela sociedade portuguesa tinham características muito diversas das que possuíam. Os franceses fizeram com a sociedade portuguesa um contrato de fornecimento exclusivo das peças. A aplicar-se o Direito português a este contrato, que poderia fazer a empresa francesa quando verificou que os componentes para nada lhe serviam?

Cotação: 10 valores

Nota: há 1 valor para apreciação da redação.